

FRANCO GUERINO DE CARLI

**ASSENTAMENTO CAMPANÁRIO: EDUCAÇÃO,
TRANSVERSALIDADE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO LOCAL.**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CENTRO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE – MS
2008**

FRANCO GUERINO DE CARLI

**ASSENTAMENTO CAMPANÁRIO: EDUCAÇÃO,
TRANSVERSALIDADE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO LOCAL.**

Dissertação apresentada como exigência parcial
para obtenção do título de Mestre em
Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico - à
Banca Examinadora sob a orientação da Prof^a. Dra.
Maria Augusta de Castilho.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CENTRO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE – MS
2008**

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: Assentamento Campanário: Educação, Transversalidade “Meio Ambiente” e Desenvolvimento Local.

Linha de Pesquisa: Cultura, identidades locais e territórios indígenas.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Dissertação aprovada em: 06/03/2008.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Maria Augusta De Castilho - UCDB
Orientadora

Prof. Dr. Vicente Fideles de Ávila - UCDB
Membro

Prof. Dr. Josemar de Campos Maciel - UCDB
Membro

Prof^ª. Dra. Patrícia Campeão - UFMS
Membro

*Dedico o presente trabalho à
minha esposa Ilise, pelo amor,
carinho e compreensão.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela vida.

A orientadora professora Doutora Maria Augusta de Castilho, pela compreensão, atenção e as contribuições prestadas para a elaboração e conclusão deste trabalho.

A minha esposa, Ilise, que soube me compreender nos momentos de ausência em todos esses anos de estudos.

Aos meus colegas pela amizade.

Aos senhores Ivan Macena e Ramão Braga Ximenes Júnior, técnicos da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de São Gabriel do Oeste, pelas informações prestadas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização geográfica do Assentamento Campanário.....	39
Figura 2: Vista aérea do assentamento dividido em lotes.....	40
Figura 3: Casa de família assentada.....	41
Figura 4: Igreja Católica.....	42
Figura 5: Reflorestamento com árvores nativas.....	42
Figura 6: Estrada vicinal.....	43
Figura 7: Cartaz de divulgação da festa de 10 anos de criação do assentamento.....	44
Figura 8: Bolo comemorativo aos 10 anos do assentamento.....	45
Figura 9: Leitões no rolete (festa de 10 anos do assentamento).....	45
Figura 10: Festa.....	46
Figura 11: Produção Leiteira.....	47
Figura 12: Escola Dorcelina Folador.....	47
Figura 13: Escola Dorcelina Folador.....	48
Figura 14: Cartaz situado na entrada da escola.....	48
Figura 15: Projeto reciclagem.....	55
Figura 16: Projeto reciclagem.....	55
Figura 17: Projeto reciclagem.....	55
Figura 18: Preocupação ambiental.....	56
Figura 19: Preocupação ambiental.....	57

RESUMO

Esta pesquisa preocupou-se com o processo de Educação, contemplando o seu elemento fundamental que é a Cidadania. Dentro deste aspecto, nos encaminhamos à discussão de uma Educação que integra o homem com o meio ambiente, destacando a figura do professor em relação aos aspectos que norteiam a abordagem da Educação Ambiental refletida no Tema Transversal Meio Ambiente. Sendo a Educação ambiental um tema transversal que vem permeando os conteúdos curriculares das disciplinas, os Parâmetros Curriculares Nacionais incluíram esse tema nos currículos escolares como uma forma de encontrar o caminho para se chegar à mudança de hábitos que levem à diminuição da degradação ambiental, promovam a melhoria da qualidade de vida e reduzam a pressão sobre os recursos naturais. Assim, a pesquisa procurou mostrar a realidade ambiental do Assentamento Campanário em São Gabriel do Oeste/MS; como a Educação Ambiental vem sendo desenvolvida na Escola Estadual Dorcelina Folador daquela comunidade e como a Educação Ambiental tem proporcionado melhoria da qualidade de vida e se isso interfere no Desenvolvimento Local do Assentamento. Para tanto foram feitas entrevistas com docentes e discentes da Escola para buscar informações relevantes para o universo da pesquisa. A Educação Ambiental dos alunos e assentados destaca-se como um processo dinâmico de transformação, no qual a comunidade desenvolve seu potencial socioeconômico, preservando e melhorando seu patrimônio ambiental, assegurando uma melhoria contínua de qualidade de vida dos indivíduos e resultando no Desenvolvimento Local da comunidade do Assentamento Campanário.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Local, Educação Ambiental, Transversalidade.

ABSTRACT

This research was preoccupied by the process of Education, contemplating his basic element that is the Citizenship. Inside this aspect, we set out for the discussion of an Education that integrates the man with the environment, detaching the figure of the teacher regarding the aspects that orientate the broach of the Environmental Education thought about the Transversality Subject Environment. Being the environmental Education a cross subject that is permeating the contents curriculares of the disciplines, the Parameters Curriculares Nacionais included this subject in the school curriculum like the form of finding the way to approach to the change of habits that lead to the reduction of the environmental degradation, promote the improvement of the quality of life and reduce the pressure on the natural resources. So, the research tried to show the environmental reality of the Assentamento Campanário in São Gabriel do Oeste/MS; since the Environmental Education is developed in the State School Dorcelina Folador of that community and since the Environmental Education has been providing improvement of the quality of life and if that interferes in the Local Development of the Assentamento. For so much they were made interwiew with teachers and students of the School to look for relevant informations for the universe of the research. The Environmental Education of the students and established there stands out how a dynamic process of transformation, in which the community develops his potential socioeconômico, preserving and improving his environmental inheritance, securing a continuous improvement of quality of life of the individuals and is turning in the Local Development of the community of the Assentamento Campanário.

KEY WORDS: Local Development, Environmental Education, Transversality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 REFERENCIAL TEÓRICO	14
1.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL	14
1.2 TERRITÓRIO	17
1.3 TERRITORIALIDADE	19
1.4 COMUNIDADE.....	21
1.5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	23
1.5.1 A educação ambiental no contexto histórico.....	24
1.5.2 Conceito e características da Educação Ambiental.....	29
1.6 TEMA TRANSVERSAL MEIO AMBIENTE	31
2 ASSENTAMENTO CAMPANÁRIO	37
2.1 HISTÓRICO.....	37
2.2 ASPECTOS DE IDENTIFICAÇÃO.....	38
3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLETADOS	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	62
APÊNDICES	65

INTRODUÇÃO

A preocupação com a preservação ambiental tem destaque nas discussões em escala planetária, se configurando, por assim dizer, um fenômeno da globalização dos problemas ambientais, pois a agressão ao meio é produto na maioria das vezes da intervenção humana desordenada e irresponsável, com a ânsia de desenvolvimento pautada na lucratividade a qualquer custo.

O problema da degradação ambiental é mundial, porém no Brasil o surgimento da proteção legal ao meio ambiente, assim como nos países menos desenvolvidos, está ligado a pressões externas feitas por países desenvolvidos e por organismos multinacionais. Surge assim a tutela ao meio ambiente, primeiro como imposição das nações industrializadas ou modismo de uns poucos setores da sociedade, depois como uma vertente da crítica mais geral ao chamado direito tradicional, e finalmente, como necessidade real.

No Brasil, de forma gradual e contínua, as legislações foram sendo elaboradas, estabelecendo-se, assim, a política nacional do meio ambiente, com órgãos de controle a níveis nacionais, regionais e locais, responsáveis pela execução de programas e projetos relativos à proteção da qualidade ambiental e gestão ambiental. Os Estados e Municípios se estruturam, organizando e criando suas instituições, estabelecendo suas ações de gestão ambiental.

A proteção ao meio ambiente foi elevada à categoria constitucional a partir de 1988, sendo dedicado um capítulo da Carta Magna exclusivamente a este tema. O legislador originário teve a preocupação de tutelar os bens ambientais, tendo em vista a necessidade de construção de uma sociedade sustentável.

Contudo, por muitos e muitos anos, o meio ambiente foi mantido em segundo plano, predominando a idéia de que os recursos naturais seriam inacabáveis e inesgotáveis. A

exploração da natureza era feita de maneira irracional, gerando processo de degradação ambiental. Os efeitos gerados por essa política exploratória foram tão sérios que as nações agora passam a se dar conta da gravidade do dano causado a seu patrimônio, resultado da exploração desmedida e inconseqüente dos recursos da natureza.

A partir da constatação do problema, surge a necessidade da busca de soluções. O problema da degradação ambiental é uma questão ligada à cultura e educação de um povo. Somente com mudanças na educação da população, que privilegia as relações sociais e econômicas em desfavor das relações naturais, é que poderá haver uma melhora na conscientização para uma melhoria da qualidade de vida. Cabe à educação ambiental construir e concretizar um novo princípio ético nas relações da humanidade com o mundo em que vive, pois o problema da tutela jurídica ambiental se manifesta a partir do momento em que sua degradação passa a ser fator ameaçador do bem-estar e da qualidade de vida humana.

Acreditamos que a obrigação de ordenação racional do desenvolvimento por meio da gestão sustentável da utilização dos recursos naturais de forma não predatória e diminuindo a agressividade ao elemento humano do relacionamento é o fundamento de qualquer alternativa de atuação local no domínio econômico. Não será possível o desenvolvimento local sem termos como fator fundamental a questão ambiental.

Temos consciência de que a educação é um processo dinâmico e em permanente construção e, por isso, é que devemos propiciar a reflexão, o debate e sua modificação, reconhecendo o papel central da educação na formação de valores e na ação social. Somente com um processo educativo transformador, no qual haja o envolvimento pessoal das comunidades, poderemos ter sociedades mais desenvolvidas e eqüitativas.

O desenvolvimento local é entendido como um processo de transformação, ao envolver o ser humano como o principal beneficiário dessa mudança numa perspectiva de melhoria da qualidade de vida e de uma coletividade ou grupo de pessoas que fazem parte de uma comunidade.

A questão norteadora da pesquisa está pautada nas questões ambientais vivenciadas no Assentamento Campanário e as conseqüências para o desenvolvimento local daquela comunidade.

O objeto dessa pesquisa está ligado à realidade rural que envolve um agrupamento de pessoas que formam o Assentamento Campanário e a preocupação deste com o meio ambiente. Utilizou-se o método científico para obter uma compreensão mais profunda dos fenômenos sociais a serem estudados.

A pesquisa foi desenvolvida sob a perspectiva de que a sociedade é vista como uma “[...] estrutura complexa de grupos ou indivíduos, reunidos numa trama de ações e reações sociais de outro, com um sistema de instruções correlacionadas entre si agindo e reagindo uma em relação às outras” (MARCONI e LAKATOS, 1999, p. 95).

No presente estudo, utilizou-se do método qualitativo no intuito de entender os fenômenos sociais que caracterizam a organização social e comunitária dos moradores do Assentamento Campanário, município de São Gabriel do Oeste/MS. O estudo está voltado para a ação subjetiva e objetiva das pessoas no viver e entender o cotidiano que se reflete no agir e proceder em sociedade. Para tanto, foram utilizados, como método de investigação, observação, entrevistas e formulários.

Para registrar esses fenômenos e fatos, utilizaram-se fontes primárias, como documentos impressos, mapa de localização, registros de materiais diversos e de pesquisa de campo por meio de observação, entrevistas e formulários.

A coleta de dados em campo realizou-se nas diversas visitas feitas principalmente na Escola Estadual existente no Assentamento, visitas essas efetuadas no ano de 2007. A escolha da escola para a realização da pesquisa, deve-se ao fato de que os temas ambientais vêm sendo introduzidos no processo educativo. Isso porque, nos dias atuais, os Parâmetros Curriculares Nacionais, elaborados pelo MEC, trouxeram como eixo o estudo do ambiente, a ser desenvolvido nas disciplinas curriculares, buscando, assim, propiciar uma eficácia pedagógica para a Educação Ambiental.

Foi objetivo geral deste estudo, diagnosticar como a Educação Ambiental vem sendo desenvolvida na Escola Estadual Dorcelina Folador da comunidade escolar do Assentamento Campanário sob a perspectiva dos Parâmetros Curriculares Nacionais e como

ela tem proporcionado melhoria da qualidade de vida no contexto do desenvolvimento local do Assentamento.

Como objetivos específicos o estudo se pautou em: a) refletir e analisar o papel desempenhado pela Escola localizada no Assentamento Campanário, sob a ótica dos alunos e professores e assim fornecer subsídios para uma melhor compreensão sobre as questões ambientais; b) verificar, no grupo de alunos e professores da escola, a relação estabelecida entre os problemas ambientais e a responsabilidade pela sua geração e sua solução; e, c) verificar se o desenvolvimento local do Assentamento Campanário tem relação com melhoria da qualidade de vida das pessoas ante à preocupação ambiental existente no local.

O trabalho está estruturado em três capítulos, assim dispostos: 1) abordagem dos conceitos teóricos referentes ao desenvolvimento local, território, territorialidade, comunidade, educação ambiental e Tema Transversal Meio Ambiente; 2) caracterização física e espacial do local, isto é, o viver e o relacionar-se no cotidiano das pessoas do Assentamento Campanário; 3) elaboração de um perfil da comunidade por meio da interpretação e análise de dados coletados, estabelecendo parâmetros para que as pessoas possam ter a possibilidade de melhorar ainda mais a sua qualidade de vida, em termos de desenvolvimento local a partir de suas potencialidades.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo abordou-se temas que estão diretamente ligados à pesquisa e que servirão de base para a compreensão dos capítulos seguintes, sendo eles: Desenvolvimento Local, território, territorialidade, comunidade, educação ambiental e tema transversal meio ambiente.

1.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL

Durante a realização da pesquisa, com base nos estudos feitos, constatou-se que o desenvolvimento local é uma forma de desenvolvimento que pode ser realizada tanto em locais em desenvolvimento quanto desenvolvidos, não constituindo somente iniciativas que devam ser tomadas para regiões pobres, pois não se faz distinção quanto ao desenvolvimento de pobres ou ricos.

Com o desenvolvimento local é possível amenizar as injustiças sociais onde existam e também melhorar o aproveitamento dos potenciais locais como geradores de renda e bem-estar social nas comunidades tanto desenvolvidas quanto em desenvolvimento. Mas isto não é a essência do Desenvolvimento Local, que consiste justamente em que a comunidade-localidade se torne sujeito de seu próprio desenvolvimento, tornando-se capaz, competente e hábil para tal (AVILA, 2006, p. 80).

De acordo com o mesmo autor, o desenvolvimento local pode ser feito por qualquer comunidade, desde que se respeite a democracia, buscando a sensibilização, mobilização e organização no sentido cooperativo de seu próprio bem-estar, melhorando o desenvolvimento da auto-estima, o cultivo da autoconfiança a fim de tornar-se capaz, para definir seus rumos futuros quanto a soluções de problemas, agindo de maneira endógena, isto

é, aproveitando as potencialidades existentes na própria comunidade. Isso faz com que a comunidade envolvida com o desenvolvimento local, de maneira contínua, rompa com o vício de dependência assistencialista, que alimenta e gera a “Cultura da Pobreza”. Em contrapartida, a comunidade torna-se preparada para interagir e para negociar com as instâncias externas em relação àquilo que lhe convém, ou não.

O termo “desenvolvimento” é demonstrado por Verhelst (1992, p.86), da seguinte forma:

O termo desenvolvimento tem sido associado à noção de progresso material e de modernização tecnológica, já teria funcionado como “Cavalo de Tróia”, que, vestido de sedução do progresso, teria carregado em seu interior o domínio e a imposição culturais que desequilibram e abalam as sociedades. É, pois, certo que a história do desenvolvimento, na qual invariavelmente se atribui importância secundária à dimensão cultural, estão presentes mentalidades etnocêntricas, evolutivas e racionalistas.

O Desenvolvimento Local tem como característica tratar-se de um processo capaz de dinamizar a sociedade para melhoria da qualidade de vida, o que de certa forma contribui para o surgimento de novas formas de produzir e compartilhar. O Desenvolvimento Local é um processo de transformação social, cultural, econômica e política em que os maiores beneficiários serão os indivíduos de uma comunidade. Nesse sentido, desenvolvimento local

[...] é um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações (PEREIRA, apud ÁVILA, 2001, p.20)

Assim, o que se busca com o desenvolvimento local é a identificação e a promoção das qualidades, capacidades e competências existentes na comunidade e no lugar. Assim, o desenvolvimento local se contrapõe à lógica do capitalismo, despertando a comunidade local para as suas próprias necessidades.

Durante o processo de estudo para realização do presente trabalho –aulas do mestrado e bibliografias estudadas– percebeu-se que o desenvolvimento se configura justamente como processo que considera, respeita e aproveita as particularidades, a realidade e as potencialidades de cada comunidade, entendendo-se inclusive que em relação a esses aspectos nunca uma comunidade-localidade é igual à outra.

Para Claxton (1994), o desenvolvimento só pode prosperar quando está fundamentado na cultura e nas tradições de um povo ou coletividade, porque é um processo vinculado aos valores de cada sociedade e que exige ao mesmo tempo uma participação ativa das pessoas e indivíduos que são os autores e os beneficiários do mesmo.

No aporte de Ávila (2001, p.75), Desenvolvimento Local

Implica a formação e educação da própria comunidade em matéria de cultura, capacidades, competências e habilidades que permitam a ela mesma, evidentemente com a ajuda de todos os agentes e fatores externos – e não o inverso-, agencie e gerencie todo o processo de desenvolvimento da respectiva localidade [...]

Nesse sentido, o Desenvolvimento Local só se configurará como autêntico se resultar dos dinamismos e ritmos do progresso cultural da comunidade que cobre a localidade a que se refere, inclusive no que respeita, a saber, como discernir e implementar o sadio desenvolvimento que se compatibilize com suas peculiaridades e catalise suas potencialidades.

O Desenvolvimento Local se desencadeia a partir de múltiplas iniciativas próprias das comunidades, como enfatizado por Merighi (2004, p.28):

O desenvolvimento local, muitas vezes, é sugerido como processo de experiências desencadeadoras a partir de múltiplas iniciativas. No entanto, estes processos formam idéias que se focam no desdobramento de acúmulos, visualizando arranjos progressivos no território, em vez de arranjos pré-moldados.

O “Local” no sentido territorial vem do latim *territorium*, que significa terreno mais ou menos extenso, mas existem outras definições quando se tratar de inter-relações humanas.

Local, no aporte de Martin (1999, p.176):

[...] é a escala das interrelações pessoais, da vida cotidiana, que sobre uma base territorial constroem sua identidade. O lugar é esta base territorial, o cenário de representações e de prática humana que são o cerne de sua

singularidade; o “espaço da convivência humana”, onde se localizam os desafios e as potencialidades do desenvolvimento.

Gonzalez (1998, p.122) destaca que: “[...]não se trata, portanto, de mero suporte das ações humanas, mas de um agente que, de acordo com suas potencialidades e limitações, pode favorecer ou dificultar o desenvolvimento”.

O Desenvolvimento Local pode ser visto como uma alternativa para as comunidades locais serem as próprias gestoras de seu desenvolvimento, não ficando presas a políticas governamentais que são concebidas de forma vertical sem levar em consideração as particularidades locais de uma comunidade ou grupo cultural.

Ainda em decorrência do crescimento adquirido durante a pesquisa realizada e principalmente pelo aprendizado adquirido nas aulas sobre *Teoria do Desenvolvimento Local*, pode-se dizer que outro ponto importante para o Desenvolvimento Local é o papel dos agentes desse desenvolvimento, que fomentam a participação necessária para o desenvolvimento de uma comunidade. Assim, o agente deve agir tendo o ser humano como responsável pelo seu próprio progresso para que isso possa influenciar o seu redor como fonte irradiadora de mudanças sociais, culturais, tecnológicas, econômicas e sócio-ambientais, fazendo com que a comunidade consiga se desenvolver a partir das condições que lhes são favoráveis, levando em conta o sentido de cooperação e solidariedade.

1.2 TERRITÓRIO

Antes de abordarmos o território entendeu-se oportuno tecer considerações acerca da compreensão do que sejam lugar, espaço e território.

Lugar é o ambiente das relações humanas, das práticas e convivências cotidianas com significado e sentido a partir da realidade material e ligação emocional aos objetos, e que está simultaneamente ligado aos laços territoriais, econômicos e culturais. Segundo Martins (2002, p.54), ao falar do local, “[...] está-se referindo à escala das inter-relações pessoais da vida cotidiana, que sobre uma base territorial constroem sua identidade”.

Portanto, o lugar é o plano vivido, é a escala territorial passível de ser percebida, conhecida e reconhecida, através do uso direto dos sentidos do corpo físico. Pode ser o bairro, a praça, a rua, o condomínio, o lugar rural, desde que possibilitem o encontro coletivo e relações de afetividade. O lugar, em si mesmo, é suporte material para o ser humano existir (morar, produzir, circular, amar, conflitar-se com outro) e fonte de recursos naturais vitais.

Em suma, o lugar é onde a vida se desenvolve em todas suas dimensões, sendo que a ordem interna construída no lugar, tecida pela história e pela cultura, produz a identidade.

Já o espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, naturais e sociais e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento (SANTOS, 1996).

Definindo território, Santos (1994, p.69) assim disserta:

A noção de território, herdada da modernidade incompleta e do legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser o quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco de perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco da renúncia ao futuro.

O território era a base, o fundamento do Estado-Nação, que, ao mesmo tempo, o moldava. Agora, é onde se vive a dialética do mundo verdadeiro, evoluído da noção, tornada antiga, de Estado Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território.

No enfoque de Santos (1994 p.15):

Os territórios são formas, mas os territórios usados são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta a serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas. De um lado tem-se uma fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essa fluidez e que são, cada vez mais objetos técnicos. Mas os objetos não dão uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, ações normatizadas.

E seguindo os ensinamentos de Milton Santos, partindo-se dessa realidade, o que se encontra no território, atualmente, são novos recortes, além da antiga categoria de região: sendo, então, a nova construção do espaço e do novo funcionamento de território, é o que se chama de horizontalidade e verticalidade. As horizontalidades são os domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais. O território pode ser formado de lugares contínuos e de lugares em rede. Os lugares formam redes e o espaço banal. Assim, é preciso refletir sobre o conflito entre, de um lado, o ato de produzir e de viver, função do processo direto da produção e as formas de regulação ligadas e, de outro, instâncias da produção. Com isso renova-se a importância do fator trabalho, configurado pela técnica do território no campo e na cidade, ligado ao processo da produção, e com resultados controlados, cujo valor é ditado por relações distantes.

O território não é simplesmente uma substância que contém recursos naturais e uma população (demografia) e, assim, estão dados os elementos para constituir um Estado. O território é uma categoria espessa que pressupõe um espaço geográfico que é apropriado e esse processo de apropriação –territorialização– enseja identidades –territorialidades– que estão inscritas em processos sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis, materializando em cada momento uma determinada ordem, uma determinada configuração territorial, uma topologia social (BOURDIEU, 1989).

O território existe em todas as escalas tanto quanto no significado da rua, bairro ou comunidade. Assim, o Assentamento Campanário constitui um território, pois é marcante o espaço territorial formado por cada família em seu lote de terra, as estradas vicinais, e a comunidade num todo: “O território passa a ser o espaço concreto em si que é apropriado, ocupado por um grupo social” (SOUZA, 1995, p. 84). Dessa forma, são sujeitos imbuídos de poder no momento em que cada um define o território como um espaço de autonomia e de legitimidade onde demanda poder, a partir das relações que estabelecem com os seus vizinhos e demais membros da comunidade como um espaço social.

1.3 TERRITORIALIDADE

Segundo Albagli (2004), a noção de territorialidade procura evidenciar as interfaces entre a dimensão territorial e sociocultural. Territorialidade refere-se às relações entre o indivíduo ou o grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas - uma localidade - uma região ou um país - e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir em um dado território. Para ele, a territorialidade reflete o mundo territorial em toda sua abrangência e em suas múltiplas dimensões – cultural, política, econômica e social.

Albagli (2004) assevera que o espaço denominado territorialidade se desenvolve a partir da coexistência dos atores sociais em um dado espaço geográfico, engendrando um sentimento de sobrevivência do coletivo e as referências sócio-culturais ali presentes.

Para Veiga (2005, p.28),

não deveriam ser numerosos, então, economistas favoráveis a políticas de desenvolvimento regional, ou de ordenação territorial. Ocorre o contrário porque não ignoram que concentração econômica, coesão social e disparidades espaciais também precisam ser contempladas com as lentes da equidade, e não apenas da eficiência.

De acordo com Raffestin (1993, p.158), a territorialidade reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade nas sociedades em geral. Segundo ele, os homens vivem ao mesmo tempo o processo e o produto territoriais por meio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Todas elas são relações de poder uma vez que existe interação entre os agentes que buscam modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Sem se darem conta disso, os atores também modificam a si próprios. É impossível manter qualquer relação que não seja marcada pelo poder. O autor ainda observa que a noção de territorialidade é complexa.

Nesse contexto Raffestin (1993, p. 160-161) assim define:

[...] um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. [...] essa territorialidade é dinâmica pois os elementos que a constituem [...] são suscetíveis de variações no

tempo. É útil dizer, neste caso, que as variações que podem afetar cada um dos elementos não obedecem às mesmas escalas de tempo. Essa territorialidade resume, de algum modo, a maneira pela qual as sociedades satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica num conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e em informação. As relações que a constitui podem ser simétricas ou dessimétricas, ou seja, caracterizadas por ganhos e custos equivalentes ou não. Opondo-se uma à outra, teremos uma territorialidade estável e uma territorialidade instável. Na primeira, nenhum dos elementos sofre mudanças sensíveis a longo prazo, enquanto na segunda todos os elementos sofrem mudanças a longo prazo. Entre essas duas situações extremas teremos os outros casos, nos quais um ou dois dos elementos podem mudar, enquanto o outro ou os outros permanecem estáveis.

Assim, a territorialidade só é compreendida a partir da consideração daquilo que a constitui, ou seja, os lugares e os ritmos que ela implica por meio da apreensão das relações reais no seu contexto social, histórico, espacial e temporal.

1.4 COMUNIDADE

A comunidade pode ser entendida como um grupo de pessoas ligadas intimamente por valores e comportamentos comuns, de tal forma que se veriam como parte de um corpo único e relativamente homogêneo. Dito de outra forma, a comunidade é constituída por pessoas que apresentam uma solidariedade e uma união muito fortes, que não são resultantes de acordos formalizados visando fins determinados, mas sim por uma identificação quase totalmente emocional com o conjunto.

De acordo com Ávila (2001, p.34-35), a cada dia que passa a população se torna cada vez mais dependente e cada vez menos capaz de se organizar, administrar, solucionar ou pelo menos participar ativamente da resolução de seus problemas básicos. A sociedade, assim como a comunidade, passa por um processo de individualização pelo qual está perdendo o caráter coletivo das ações e das queixas ou reivindicações e, ao mesmo tempo, perdendo os valores que são referência e servem como padrão comunitário de organização, mobilização e participação.

Para Weber (1987), a vida comunitária só é possível se for acompanhada pelos sentimentos de compreensão e partilha. Esses dois sentimentos possibilitam a intimidade e as ações em comum de seus membros. A comunidade é o lugar onde a ação social estabelece as ligações emocionais e predomina a vontade tradicional, a solidariedade entre os seus membros. Define comunidade como uma relação social na medida em que a orientação da ação social, na média ou no tipo ideal, baseia-se em um sentido de solidariedade: o resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos participantes.

Assim, na comunidade caracterizada como um lugar em que se estabelecem as relações primárias (nestas relações os aspectos informais e a solidariedade humana são mais acentuados), a participação dos indivíduos se caracteriza pelas emoções e por princípios tradicionais.

Nesse contexto:

[...] a comunidade média ideal para efeito do desenvolvimento local é aquela *stricto sensu* em que haja certa (não exagerada) preponderância dos relacionamentos primários sobre os secundários ou no máximo se constate o equilíbrio entre essas duas categorias: a localidade demasiadamente primarizada é muito conservadora e fechada, tendendo a se manter no isolamento; e a muito secundarizada já se encontra esfacelada em termos de seus comuns sentimentos, interesses, objetivos, perfis de identidade e outros laços de coesão espontânea, sem os quais o desenvolvimento não emergirá de dentro para fora da própria comunidade [...] (ÁVILA et al, 2001, p. 33).

“A comunidade é a fusão do sentimento e do pensamento, da tradição e da ligação intencional, da participação e da violação” (NISBET, 1977, p. 255). Assim, o indivíduo é a síntese relacional com um grupo de indivíduos pertencentes a uma mesma comunidade, em que o pensamento particular se confunde com o pensamento comunitário, o agir particular é o agir comunitário, por meio de uma relação dialógica grupal.

Durante as aulas da disciplina de *Desenvolvimento Local, Comunidade e Comunitarização* ministradas pelo professor Vicente Fideles de Ávila, a comunidade foi estudada como sendo o ponto central para o Desenvolvimento Local, pois é nela que se estabelecem as relações de confiança entre os membros, resultando práticas de cooperação pelas quais o coletivo cresce e o ser humano ganha força na luta pela melhoria da qualidade de vida e na defesa dos direitos, individuais e coletivos.

1.5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A questão ambiental, dentro do universo da sociedade humana se depara com os novos caminhos possíveis de serem trilhados em meio à antiga estrutura de desenvolvimento econômico.

A Constituição Federal, em seu artigo 225, dispõe que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Dessa forma, o legislador constituinte erigiu o meio ambiente à categoria de bem de uso comum do povo, asseverando, assim, ser direito de todos tê-lo de maneira ecologicamente equilibrada, e em contrapartida determinou que sua defesa e preservação para as presentes e futuras gerações são deveres do Poder Público e de toda a coletividade.

A interpretação do direito ambiental deve ser feita sempre levando em consideração os aspectos econômicos compreendidos como um instrumento capaz de assegurar melhor qualidade de vida à população. Deve conciliar o desenvolvimento econômico com a proteção ao meio ambiente, fazendo prevalecer o interesse da proteção ambiental ao interesse econômico.

Isso é o que preconiza o artigo 170 da Constituição Federal, ao referendar que a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados vários princípios, dentre os quais se destaca a defesa do meio ambiente.

Além das normas legais que protegem e incentivam a preservação do meio ambiente, acreditamos que a mudança cultural da população por meio da Educação Ambiental é fator preponderante para o Desenvolvimento Local.

No entendimento de Antunes (2004), a Educação Ambiental é um dos mais importantes mecanismos que podem ser utilizados para a adequada proteção do meio ambiente.

Uma questão a ser pensada é a que concerne ao conceito de Educação Ambiental. Para muitos, acaba se confundindo com o ensino da Ecologia. Este conceito vai muito além da conservação, preservação da natureza, e é muito mais que o estudo do habitat. Para tanto, é imprescindível cuidar da forma pela qual esta educação será trabalhada nas instituições de ensino. Isso, porque percebemos que a escola é a instituição encarregada de realizar junto às novas gerações aqueles ideais de vida visados pela sociedade como um todo.

A Educação Ambiental tem de ser estudada levando em consideração a Ética, a Cidadania e outros aspectos importantes, a fim de que possamos entender que este pode ser o meio para conseguirmos trilhar caminhos harmoniosos com o meio em que vivemos.

1.5.1 A educação ambiental no contexto histórico

Os problemas ambientais não são questões antigas, pois somente na década de 60 começaram a despertar interesse, com o surgimento dos movimentos ambientalistas. Ocorre que temos exemplos de situações demonstrando que as preocupações com o meio ambiente e a ocorrência da degradação ambiental são mais antigas, porém menos frequentes na atualidade. Por exemplo, o mau gerenciamento dos recursos naturais não é coisa recente, pois existem relatos de que em Roma, século I, já começaram a ocorrer quebras de safras de culturas e erosão do solo (ANDRADE, 2001, p. 25).

Outro episódio que pode ser citado para demonstrar que a preocupação com o meio ambiente não é fato recente é o que ocorreu em Londres (1306) quando o uso de carvão em fornalhas abertas foi feito por meio de critérios estabelecidos pelo rei Eduardo I, que queria diminuir e controlar a poluição ambiental, punindo com multa quem a violasse (ANDRADE, 2001).

Quanto à inserção do tema Educação Ambiental nas instituições de ensino, é necessário tecermos algumas ponderações acerca desta evolução.

Dias (1994) comenta que o botânico escocês Patrick Geddes – considerado o pai da Educação Ambiental – não imaginava, ao falecer em 1933, quanto tempo ainda iria demorar para que a Educação incorporasse uma análise da realidade socioambiental. Já no final do século XIX, não concordava com os caminhos que a Escola trilhava, tolhendo o educando do seu mundo natural e colocando-o num mundo de conhecimentos fragmentados e desconectados da sua realidade.

O início do estudo da jornada histórica pode ser feito a partir da retomada de informações que nos sinalizam que os problemas ambientais remontam à época dos romanos e que, na Inglaterra, já tínhamos algumas atitudes em defesa do bem estar do cidadão e do meio ambiente.

Foi após a Segunda Guerra Mundial, a partir da década de 60, que se intensificaram as percepções do caminhar acelerado da humanidade para o esgotamento de recursos que estavam ficando indisponíveis à sua própria sobrevivência. Começou a entrar em crise a idéia desenvolvimentista de que a qualidade de vida dependia unicamente do avanço da ciência e tecnologia.

Nota-se que a interdependência mundial deu-se também sob o ponto de vista ecológico, pois o mal que se faz num local pode afetar amplas regiões e, quiçá, ultrapassar fronteiras.

Ao lado da globalização econômica, surgem preocupações mundiais que culminam em grandes reuniões e debates sobre o tema, aparecendo desta forma a globalização de problemas ambientais.

Foi em Roma, no ano de 1968, que se realizou uma reunião envolvendo cientistas de diversos países para discutir o consumo e as reservas de recursos naturais não renováveis e o crescimento da população até meados do século XXI. O grupo de economistas conhecido como “Clube de Roma”, deixava bem visível a necessidade de se buscar um meio de conservação dos recursos naturais e de se controlar o crescimento da população, além de se

investir numa mudança de mentalidade de consumo e procriação. Como resultado dessa reunião, foi publicada a obra *Limites do Crescimento* em 1972, muito criticada por alguns intelectuais latino-americanos, pois ela desmascarava o fato de que a solução, para que os países pudessem continuar consumindo e mantendo seu padrão de vida industrializado, seria um controle do crescimento, ou a inexistência deste crescimento, que se tornou conhecido por *Crescimento Zero*, como apresentado por Reigota (1998).

O problema maior foi gerado pelo fato de essa reunião ter sido realizada pelos países industrializados, pois o *Crescimento Zero* seria uma atitude tomada com relação aos países mais pobres. Dessa forma, reconheceu-se que os recursos naturais poderiam acabar e isso passou a ser uma preocupação mundial.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) realizou, também em 1968, um estudo comparando setenta e nove países. Neste estudo abordou, o trabalho desenvolvido pelas escolas com relação ao Meio Ambiente.

Mais tarde, em 1972, em Estocolmo – Suécia, a ONU realizou a Conferência Mundial de Meio Ambiente Humano, tendo como principal tema da discussão a poluição ocasionada pelas indústrias.

Convém ressaltar que o Brasil e a Índia, nos meados da década de 70, passavam por um crescimento industrial intenso. Em razão do seu desenvolvimento econômico, o Brasil não adotou posição alguma em relação ao que foi discutido em Estocolmo, valendo-se do discurso que a poluição era um preço que devia ser pago pelo progresso.

Foi em Estocolmo que, pela primeira vez, vislumbrou-se a importância da ação educativa nas questões ambientais, passando a Educação a ser entendida enquanto ato de educar o cidadão para a solução dos problemas ambientais, sendo esse o ponto de partida para a Educação Ambiental.

A UNESCO, organismo da ONU responsável pela divulgação e realização dessa nova perspectiva educativa, procurou estabelecer os seus fundamentos filosóficos e pedagógicos, realizando reuniões em diversos países. A primeira delas ocorreu em Belgrado, então Iugoslávia, em 1975, onde foram definidos objetivos para a Educação Ambiental,

sendo publicados e hoje conhecidos como a Carta de Belgrado. Segundo Reigota (1998), neste documento foram definidos alguns objetivos indicativos da Educação Ambiental, dentre os quais se destacam: a conscientização, o conhecimento (compreensão do meio ambiente), o comportamento (informação e mudança de comportamento), a capacidade de avaliação e a participação (cada um tem responsabilidade).

O primeiro Congresso Mundial de Educação Ambiental realizou-se em 1977, na Geórgia, antiga URSS, em Tbilisi, onde foram apresentados os primeiros trabalhos desenvolvidos em alguns países que tratavam do tema. Definiram-se objetivos da Educação Ambiental e que as instituições de ensino teriam papel fundamental para atingi-los. A Educação Ambiental ficou definida como uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente por intermédio de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade (BRASIL, 1998, p. 229).

Definiram-se igualmente os princípios da Educação Ambiental a serem trabalhados nas escolas: considerar o meio ambiente em sua totalidade - em seus aspectos natural e construído, tecnológicos e sociais (econômico, político, histórico, cultural, moral e estético); construir um processo permanente e contínuo durante todas as fases do ensino formal; aplicar um enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada área, de modo que se consiga uma perspectiva global da questão ambiental (BRASI, 1998, p. 231).

Na década de 80 é que se passou a discutir se a Educação Ambiental deveria ou não tornar-se disciplina no currículo escolar. Constatou-se que a Educação Ambiental deveria fazer parte de todos os currículos disciplinares, devendo estar presente em todas as disciplinas.

Em 1988, nossa Constituição Federal, tornou obrigatória a promoção da Educação Ambiental nos bancos escolares, conforme artigo 225, § 1º, VI:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:
[...]

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;
[...]

Importante marco ocorreu em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, onde foi realizada a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Mais especificamente na área da Educação, criou-se o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, que reconhece o papel central da educação na formação de valores e na ação social, incluído-se aí a Educação Ambiental.

Para Cascino (2000, p. 57), ao comentar sobre as mudanças ocorridas na concepção de meio ambiente entre a primeira conferência (relação do homem e natureza) e a segunda (idéia de desenvolvimento econômico), passaram-se mais de vinte anos para se perceber que a educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o Universo de forma interdisciplinar.

Em 1996, respeitando o contexto da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96), iniciou-se uma série de estudos e debates com o propósito de dar origem a transformações no sistema educacional brasileiro. Em 1998, surgiram os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN. Na época, o então Ministro da Educação e Desporto, Paulo Renato Souza, definiu os PCNs como uma série de documentos, resultado de um trabalho que envolveu educadores de diferentes graus e áreas de ensino e instituições governamentais e não governamentais.

Em 1999, tomaram forma as discussões promovidas pela UNESCO em 1968, sendo publicada a Lei nº 9.795, a qual dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. No artigo 1º da referida Lei, encontramos o conceito de Educação Ambiental, *in verbis*:

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

O artigo 10, § 1º da Lei nº 9.795/99, prevê que a Educação Ambiental não deve se constituir uma disciplina e entendeu-se por ambiente não apenas o aspecto físico, mas, também, os aspectos socioeconômicos, políticos e culturais e suas inter-relações. Vejamos:

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§1o A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

Ainda a Lei 9.795/99 prevê a introdução da Educação Ambiental no Ensino, vejamos:

[...]

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

[...]

Art. 11 A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

1.5.2 Conceito e características da Educação Ambiental

No aporte de Reigota (1998), o problema ambiental não está exatamente na quantidade de pessoas que vivem no planeta e também não está naquilo que se deve consumir para sua sobrevivência; o entrave situa-se numa pequena parcela da humanidade e, segundo suas afirmações, está no consumo irrestrito por parte dessa pequena parcela, no desperdício da produção de artigos inúteis à qualidade de vida. Segue dizendo que não se trata de garantir a preservação de determinadas espécies de animais, vegetais ou mesmo de recursos naturais, embora esses fatores também sejam de grande importância. Mas, de acordo com o autor, o importante, na verdade, são as relações econômicas e culturais entre a humanidade e a natureza.

Importa esclarecer o que vem a ser Meio Ambiente para, então, discutir Educação Ambiental. Nesse sentido, Reigota (1998) elucida que, para realizar a Educação Ambiental, antes de qualquer coisa é preciso definir Meio Ambiente. E assim o define:

[...] o lugar determinado e percebido onde estão as relações dinâmicas e em constante interação com os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos

e políticos de transformação da natureza, da sociedade (REIGOTA, 1998, p. 21).

Percebe-se claramente o caráter sistêmico que deve orientar a utilização do termo Meio Ambiente, levando em conta as questões naturais e sociais que redundam processos de transformação do ser humano.

Quanto à Educação Ambiental, Porto (1996) a conceitua como sendo o processo de formação social orientado para o desenvolvimento de consciência crítica sobre a problemática ambiental.

Nesse sentido, Grun (2000) ensina que a Educação Ambiental aparece como um instrumento capaz de reeducar o cidadão, por conter, em seus princípios, elementos que possibilitem a reflexão das relações socioeconômicas da sociedade, apontando para novas formas de convivência social; contudo, raras são as preocupações a respeito das bases conceituais e epistemológicas sobre as quais ela deverá se desenvolver.

Reigota (1995) preconiza que a Educação Ambiental não deixa de ser educação política, no sentido de que ela reivindica e prepara o cidadão para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza; ela tende a questionar, entre outras coisas, o próprio conceito de educação vigente, exigindo-a, por princípio, criativa, inovadora e crítica.

Quanto à educação ambiental e o pensamento ecológico, Souza apud Corrêa (2002, p. 31), afirma que cabe à educação ambiental construir e concretizar um novo princípio ético nas relações da humanidade com o mundo em que vive, pois,

até hoje, essa relação foi vista como de domínio e de absoluta superioridade sobre todos os seres naturais que nos circundam, o que nos tem autorizado a utilizar toda capacidade de destruição existente para o atendimento do que consideramos nossas necessidades. [...] O mundo é apenas um envoltório da existência humana, usável ou descartável, segundo as circunstâncias. Em poucas palavras, só a humanidade vale no mundo dos existentes, tudo o mais é referência.

Segura (2001) entende que além da forma de lidar com o conhecimento, matéria-prima da educação, a questão ambiental motiva a postura participativa, a cidadania. No

âmbito da escola, o esforço de construir uma nova sociedade, obviamente com resultados a médio e longo prazo, implica adoção por parte de educadores e da comunidade escolar de uma postura crítica diante da realidade, sem a qual não é possível empreender a transformação socioambiental da educação emancipatória.

Grun (2000) refere que no Brasil há a tendência de analisar as questões ambientais como uma unidade de ensino das disciplinas Ciências, Biologia e/ou Ecologia, e que isso acaba por reduzir a abordagem necessariamente complexa, multifacetada, ética e política das questões ambientais aos seus aspectos biológicos; estes, por sua vez, são reduzidos à sua dimensão física (mecânica) e esta é, então, finalmente reduzida a uma questão técnica.

Leff (2001), ao analisar a questão ambiental, afirma que a Educação Ambiental requer uma integração de conhecimentos e aproximações sistêmicas, holísticas e interdisciplinares que, se restritas à reorganização do saber disponível, não são suficientes para satisfazer a demanda de conhecimentos. A problemática ambiental pressupõe novos conhecimentos teóricos e práticos para sua compreensão e resolução. Assim, a Educação Ambiental levou a um desenvolvimento do conhecimento em diversas disciplinas científicas. A interdisciplinaridade é colocada pelo autor como um processo de intercâmbio entre os diversos campos e ramos de conhecimento, nos quais uns transferem métodos, conceitos e termos para outros que são incorporados e assimilados. Contudo, é necessário que os conceitos e as metodologias, bem como certas categorias filosóficas sejam trabalhados, pela ciência importadora para especificar e para explicar os processos materiais de seu campo específico.

Dessa forma, é dever da escola, em todos os níveis e, em particular, em relação aos alunos do ensino fundamental, possibilitar aos mesmos a percepção de que são, ao mesmo tempo, integrantes, dependentes e agentes transformadores do ambiente em que vivem.

1.6 TEMA TRANSVERSAL MEIO AMBIENTE

Para se garantir a qualidade de vida de uma comunidade, a mesma deve estar imbuída e organizada para o desenvolvimento, exploração e distribuição dos recursos,

respeitando a renovação dos recursos naturais e evitando-se assim maiores impactos ambientais.

Um termo hoje muito usado e presente em vários meios de comunicação é o da Sustentabilidade, definido nos Parâmetros Curriculares “como o uso dos recursos de forma qualitativamente adequada e em quantidades compatíveis com sua capacidade de renovação, em soluções economicamente viáveis de suprimento das necessidades, além de relações sociais que permitam qualidade adequada de vida para todos”.

Penteado (2003), num contexto mais simples define sustentabilidade como sendo o desenvolvimento que atende às necessidades humanas sem o esgotamento das fontes de satisfação dessas necessidades.

Cotejando as duas colocações em suas explorações do significado do termo sustentabilidade, percebemos que a palavra Desenvolvimento, presente na citação de Penteado, é bem mais abrangente que o significado de progresso e conquistas econômicas, integrando à palavra todas as necessidades individuais como saúde, educação e relações sociais.

Para tornar possível a abordagem dessas questões, os Parâmetros Curriculares trazem em seu bojo as diversas conferências e reuniões internacionais, nas quais a recomendação é investir numa mudança de mentalidade, de postura. Indica a Educação como caminho necessário – mas não único - para mudar os rumos do planeta. Assim, é que se propõe uma Educação destinada a trabalhar com atitudes, com formação de valores, deixando de ter caráter apenas informativo e conceitual. Penteado (2003) assevera que informação e vivência participativa são dois recursos importantes do processo de ensino-aprendizagem voltado ao desenvolvimento da cidadania e da consciência ambiental.

A educação deve propiciar ao educando a ligação entre a sua realidade e a sua vida escolar, fazendo com que desperte nele a intenção de mudar seu comportamento, compreendendo sua realidade e nela atuar de forma cidadã. Assim, os Parâmetros Curriculares sugerem que os alunos façam uma reflexão sobre os problemas mais próximos de sua vida, aqueles que afetam o seu cotidiano e de sua comunidade. Destarte, a missão da escola, hoje, não pode se limitar à absorção de conteúdos dados, e sim se estender à produção

de conhecimentos e formação de sujeitos capazes de terem atitudes investigativa, questionadora e operativa permanentes diante do mundo.

Os Temas Transversais propostos pelos Parâmetros Curriculares são: saúde, pluralidade cultural, cidadania, ética, meio ambiente, trabalho e consumo e educação sexual.

Os Temas Transversais deveriam ser os fios condutores das atividades das aulas, girando as matérias curriculares em torno deles, transformando-se, então, em valiosos instrumentos para o desenvolvimento de uma gama de atividades que trarão novos conhecimentos, capazes de solucionar problemas, interrogações, em relação às finalidades para as quais apontam os temas transversais.

Segundo Moreno (2003), tais questões são importantes, porém não quer dizer que todos os conteúdos do currículo devam subordinar-se exclusiva e rigidamente a estes temas, mas que, no caso de se fazer esta opção metodológica, sejam tomados como ponto de partida das aprendizagens, evitando-se o aprender por aprender, isto é, o exercício de conhecimentos carentes de finalidades fora de si mesmos, ao ligá-los e relacioná-los entre si e um objeto.

Os professores, pelo papel que desempenham na sociedade, devem observar com mais atenção os comentários de seus alunos, encontrando a partir daí o espaço para se trabalhar o Tema Transversal Meio Ambiente. São eles que vivenciam os problemas ambientais, tanto ecologicamente quanto socialmente visíveis, mas esses problemas já lhes são tão corriqueiros que já não lhes chamam atenção da forma como deveriam. Assim, poderiam ser práticas corriqueiras as visitas a lugares que nem precisariam ser muito distantes, mas apenas próximos à sua realidade, para que possam ter a oportunidade de observar as situações com outros olhos, com postura de um cidadão ativo e crítico, com condições de levar seus conhecimentos muito além da simples imaginação.

Para os PCN, trabalhar de forma transversal significa buscar a transformação de conceitos, a explicação de valores e a inclusão de procedimentos, sempre vinculados à realidade cotidiana da sociedade, tornando os alunos cidadãos mais participantes. Cada professor, dentro da especificidade de sua área, deve adequar o tratamento dos conteúdos para contemplar o tema Meio Ambiente. A transversalidade é a possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões

da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade). E, uma forma de sistematizar esse trabalho e incluí-lo, explicita e estruturalmente, na organização curricular ao longo da escola.

Para Moreno (2003), os temas transversais que constituem o centro das atuais preocupações sociais, são os eixos em torno dos quais devem girar as temáticas das áreas curriculares, que adquirem, assim, tanto para o corpo docente como para os alunos, o valor de instrumentos necessários para a obtenção das finalidades desejadas. Percebe-se que a transversalidade seria a possibilidade da inserção de alguns assuntos, dentre eles o Meio Ambiente, nas disciplinas já atuantes, preocupando-se em expor tal possibilidade, amarrando questões cotidianas às várias disciplinas estudadas pelo aluno.

Mas, para que isso possa ocorrer, necessariamente mudanças terão que ser feitas na estrutura dos eixos norteadores das disciplinas curriculares tradicionais em relação aos Temas Transversais. As mudanças implicarão em novo conceito de ensino ainda não alcançado, que permitirá encarar as disciplinas atualmente obrigatórias do currículo, não mais como fins em si mesmas, mas como meios para atingir outros fins, tudo de acordo com os interesses da maioria da população.

Araújo (2003, p.14), distingue três formas diferentes de se compreender como relacionar os Temas Transversais com os conteúdos tradicionais:

- a) Uma primeira forma é entendendo que essa relação deve ser intrínseca, ou seja, não tem sentido existir distinções claras entre conteúdos tradicionais e transversais. Um professor de Matemática, por exemplo, jamais poderia imaginar o conteúdo com que trabalha desvinculado da construção da democracia e cidadania.
- b) Uma segunda maneira é entendendo que a relação pode ser feita pontualmente, através dos módulos ou projetos específicos em que, voltando ao nosso exemplo, em determinados momentos do curso o professor de matemática deixaria de trabalhar somente a sua disciplina e incorporaria algum tema transversal em suas aulas. Dessa forma, ele priorizaria o conteúdo específico de sua área de conhecimento, mas abriria espaço também para outros conteúdos.
- c) Uma terceira maneira de conceber essa relação é integrando interdisciplinarmente os conteúdos tradicionais e os temas transversais, ou seja, é entendendo que a transversalidade só faz sentido dentro de uma concepção interdisciplinar do conhecimento. Exemplificando essa proposta, o professor de Matemática necessita integrar o conteúdo específico de sua área não só aos temas transversais, como os que objetivam a construção da cidadania, mas também aos demais conteúdos curriculares, como os de Estudos Sociais, Ciências e Língua Portuguesa.

No aporte de Moreno (2003), os Temas Transversais devem constituir-se como eixos vertebradores, ou longitudinais, do sistema educacional, tendo as disciplinas tradicionais girando ao seu redor ou impregnando-os.

Com a intenção de propiciar aos professores e tantos outros profissionais da Educação, uma boa dose de compreensão de como se deve trabalhar o Tema Transversal Meio Ambiente, os Parâmetros elegeram três conteúdos para serem desenvolvidos por esses profissionais. Tais conteúdos foram eleitos por constituírem questões amplas e por permitirem valorizar as especificidades regionais. Assim, foram selecionados conteúdos que estão separados nos seguintes blocos:

- A natureza “cíclica” da natureza: trata de relacionar os elementos vitais como a água num processo de interação desta com todos os demais elementos componentes da natureza e as relações existentes entre eles e suas conseqüências: no clima, no solo e nos ecossistemas.

- Sociedade e meio ambiente: é um pouco mais abrangente em relação ao tema anterior, relacionando a sociedade com a natureza.

- Manejo e conservação ambiental: neste bloco são discutidos como as interferências do ser humano afetam o ambiente, implicando saneamento e problemas da urbanização.

Essas indicações de direcionamento de trabalhos, de uma forma geral, parecem interessantes, pois ressaltam a temática ambiental atual, porém deveria ser mais detalhado, levando em consideração as diferentes classes e faixas etárias dos alunos. Isso porque, os blocos acima descritos foram elaborados para servirem de base para o Ensino Fundamental.

Dessa forma, é importante que o professor trabalhe com o objetivo de desenvolver, nos alunos, postura crítica diante da realidade, apoiando-se em informações e valores veiculados pela mídia e naqueles trazidos de casa. Para tanto, o professor precisa conhecer o assunto e, em geral, buscar junto com seus alunos mais informações em

publicações ou com especialistas. Tal atitude representará maturidade de sua parte: temas da atualidade, em contínuo desenvolvimento, exigem permanente atualização; e fazê-lo junto com os alunos representa excelente ocasião de, simultaneamente e pela prática, desenvolver procedimentos elementares de pesquisa e sistematização da informação, medidas, considerações quantitativas, apresentação, discussão de resultados, etc.

Nesse contexto, fica evidente a importância de se educarem os futuros cidadãos brasileiros para que possam agir de modo responsável e com sensibilidade, conservando o ambiente saudável no presente e para o futuro, afim de que, como pessoas, encontrem acolhida para ampliar a qualidade de suas relações intra e interpessoais com o ambiente tanto físico quanto social em que vivem.

2 ASSENTAMENTO CAMPANÁRIO

A comunidade em estudo é um assentamento rural localizado no estado de Mato Grosso do Sul, mais precisamente no município de São Gabriel do Oeste, distante 140 KM de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul.

2.1 HISTÓRICO

O Assentamento Campanário foi criado no município de São Gabriel do Oeste/MS por meio da Portaria nº 056, em 25 de Novembro de 1997, e resultou da desapropriação por interesse social do imóvel denominado Fazenda Campanário, de propriedade do Banco do Brasil, após ser vistoriado e classificado como grande propriedade improdutivo por não alcançar os índices de produtividade exigidos por lei.

A desapropriação da área e a conseqüente criação do assentamento ocorreram em virtude de ações do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) que, no ano de 1996, organizou movimentos na região, com o fim de requerer a desapropriação de áreas para a Reforma Agrária.

Contemporaneamente às ações do MST na região, o INCRA, órgão responsável pela Reforma Agrária no Brasil, realizava vistoria na Fazenda Campanário.

O processo de implantação do Assentamento Campanário é muito bem explicado pelo professor Vilpoux, *et al.* (2007, p. 6):

Em 15 de maio de 1996 foram para São Gabriel do Oeste alguns membros do MST (Movimento dos Sem-Terra). Passados cerca de quarenta e cinco

dias, após várias reuniões, um grupo com setenta famílias foi organizado. No dia 1º de julho de 1996, este grupo foi ocupar a fazenda São Sebastião, na região conhecida como São Pedro, no município de Bandeirantes – MS, permanecendo no local por cerca de um mês. Na mesma época, durante uma semana, participantes do mesmo grupo fizeram manifestações em Campo Grande, capital do Estado do Mato Grosso do Sul, com o objetivo de desapropriar a terra onde estavam fixados temporariamente. No mesmo período, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) estava fazendo vistorias na Fazenda Campanário e na Fazenda Recreio, localizadas no município de São Gabriel do Oeste - MS. Quando os técnicos do INCRA retornaram das vistorias, decidiram pela desocupação dos integrantes do movimento que estavam na fazenda São Sebastião e no dia 12/08/1996 o INCRA deu início ao cadastramento de 350 famílias que estavam na fazenda Recreio. Em maio de 1997, um grupo de aproximadamente 100 famílias foi fixado na Fazenda Campanário, juntando-se a 36 famílias selecionadas pelo Sindicato Rural de São Gabriel, dando início ao Assentamento Campanário, hoje composto por 136 lotes com média de vinte hectares cada. O custo de aquisição da terra foi de R\$ 700,00 (setecentos reais) por ano num período de 10 anos, sendo este valor pago de forma parcelada.

Logo após a implantação do assentamento, surgiram algumas associações de agricultores com a finalidade de se estruturarem e ganharem força junto ao governo e à sociedade, para implantação de infra-estrutura no assentamento.

Atualmente, passados mais de 10 anos de sua fundação, o assentamento constitui forma de sustento e fonte de vida digna àqueles que lá residem como será visto mais à frente.

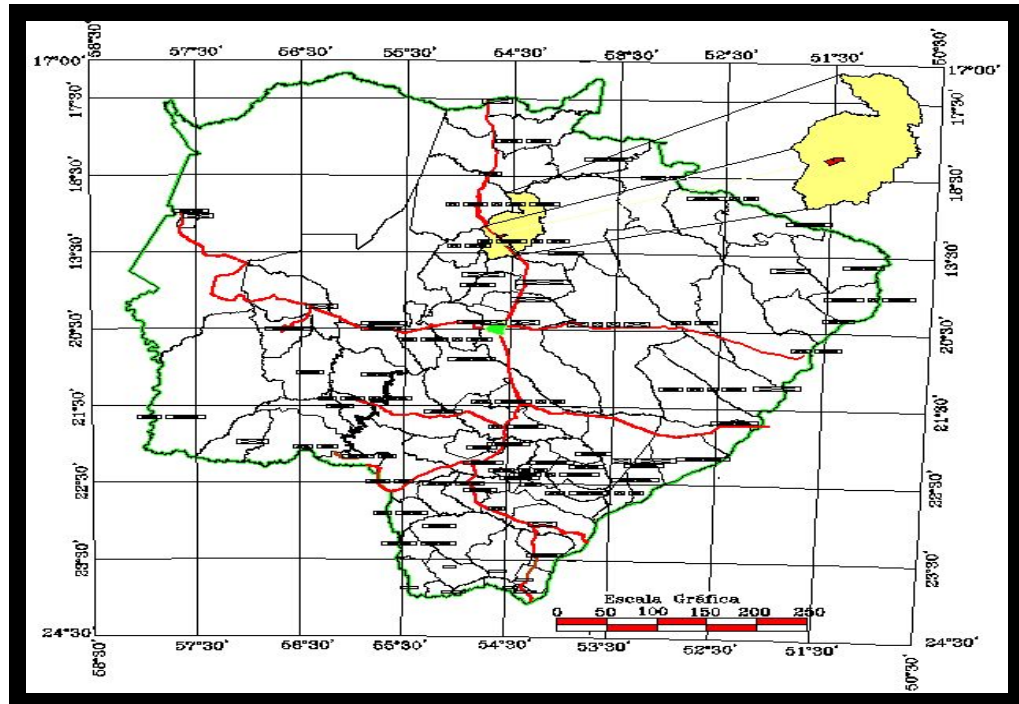
2.2 ASPECTOS DE IDENTIFICAÇÃO

O Assentamento Campanário encontra-se, como já foi visto, localizado no Município de São Gabriel do Oeste que, por sua vez, encontra-se inserido na micro-região homogênea do Alto Taquari, no centro-norte do Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil.

Possui área total de 2.851 hectares (dois mil, oitocentos e cinquenta e um), sendo que destes, 2.789 hectares constituem área útil destinada aos lotes. O restante da área é formada por estradas, lagos, além do núcleo social (escola, igrejas, centro comunitário). Dentro da área comum do assentamento situa-se a nascente do rio Coxim, importante fonte de água da região.

Encontra-se a 15 Km da sede do Município, o que representa certa facilidade de interação dos assentados com os demais munícipes.

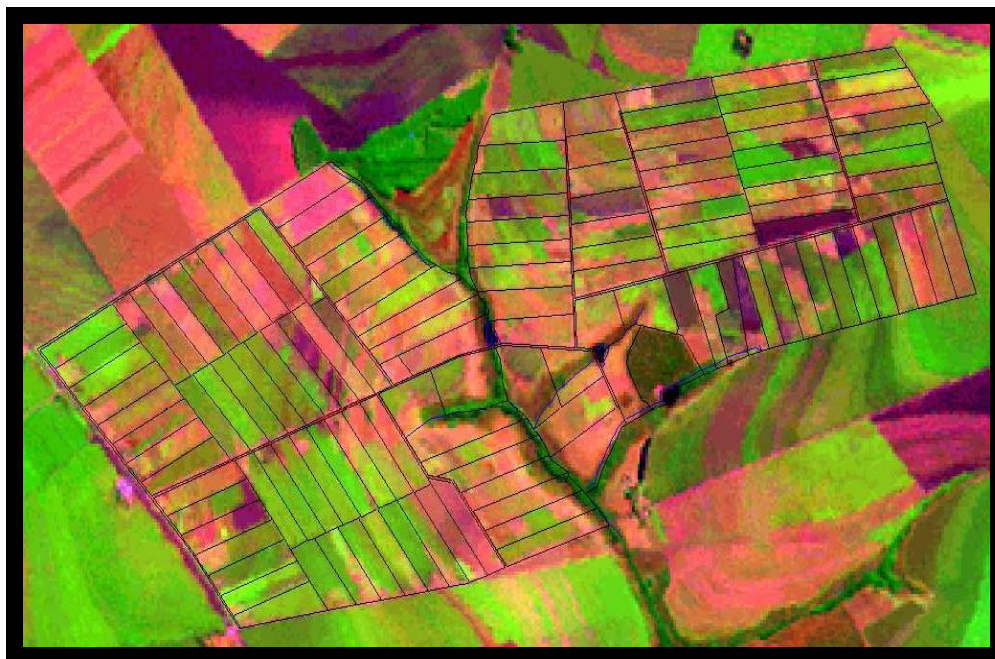
Figura 1: Localização geográfica do Assentamento Campanário.



Fonte: disponível no site www.inpe.gov.br. Acesso em 05/09/2007.

Quando da delimitação e demarcação dos lotes, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária dividiu a área útil da antiga Fazenda Campanário em 132 lotes de aproximadamente 20 hectares cada, que juntos formam o assentamento.

Figura 2: Vista aérea do assentamento dividido em lotes.



Fonte: disponível no site www.inpe.gov.br. Acesso em 05/09/2007.

Estes 132 lotes foram distribuídos a famílias selecionadas de acordo com os critérios norteadores da política nacional de reforma agrária. É bem verdade que mesmo diante da rigorosa seleção dos contemplados com lotes, infelizmente alguns deles foram entregues a pessoas não aptas a receber terra de reforma agrária. Isso, por não possuírem as características de pequeno produtor rural e por terem situação financeira não condizente com a situação de recém-assentado.

Contudo, o assentamento ora estudado é realmente uma comunidade rural de assentados oriundos de movimentos sociais, visto que o caso acima narrado constitui situação isolada, não tendo o poder de desvirtuar a natureza do grupo.

As famílias que formam o capital social da comunidade em questão são oriundas de diversas regiões do País, conforme destaca Vilpoux *et al.* (2007), ou seja, o Assentamento Campanário é formado por grupos oriundos de várias regiões do Brasil como Nordeste, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso, entre outros.

Em consequência dessa diversidade de origens, o capital social é formado pela soma de inúmeras características culturais, hábitos e costumes peculiares e ao mesmo tempo comuns umas com as outras.

A forma com que a maioria dos assentados cuida de seus lotes é característica que diferencia o Assentamento Campanário de outros assentamentos do país. As casas dos assentados são bem cuidadas, cercadas por árvores e flores, o que demonstra o amor pelo local em que vivem.

Figura 3: Casa de família assentada (foto de jun/2007)



Figura 4: Igreja Católica (foto de out/2007).



Figura 5: Reflorestamento com árvores nativas (foto de jun/2007).



Figura 6: Estrada vicinal (foto de jun/2007).



A existência de uma comunidade, numa visão de conjunto, pressupõe a existência de determinadas condições básicas, tais como um processo de relacionamento e interação intenso entre os seus membros, auto-suficiência (as essenciais relações sociais podem ser satisfeitas dentro da comunidade), cultura comum, objetivos comuns, identidade natural e espontânea entre os interesses de seus membros, consciência de suas singularidades identificativas, participação ativa de seus membros na vida da comunidade.

Muito embora exista uma diversidade de culturas no assentamento, o que poderia ser fator de divergência, percebe-se a existência de relacionamentos e interação entre as famílias. Na maioria das vezes, os objetivos são comuns na busca da melhoria da qualidade de vida, com respeito às identidades específicas de cada um.

Como entidade representativa dos moradores do assentamento existe a ACAFE (Associação Campanário de Agricultores Familiares), órgão que tem o papel fundamental de fazer a ponte entre os habitantes do assentamento e o Poder Público, além de servir como elo de ligação da comunidade.

Esta associação é liderada pelo assentado Roque Brusanello, agricultor que está à frente do grupo há cerca de 6 anos. Entre as atividades da associação, estão a busca pela qualidade de vida dos assentados, além da organização de eventos e festas. Assim, para marcar os dez anos de criação do assentamento, com o apoio da prefeitura municipal e de uma cooperativa da cidade, a associação promoveu, em 28 de outubro do corrente ano, uma festa que reuniu centenas de pessoas de várias partes do estado e que serviu para comemorar as conquistas obtidas até então.

Na oportunidade, toda a comunidade uniu esforços para a realização da festa. Mulheres assentadas confeccionaram um grande bolo de aniversário, moradores do assentamento se ocuparam do churrasco dos leitões e da confecção das comidas servidas aos convidados, além de arrumar o local da realização da festa, que ocorreu junto ao Centro Comunitário São Roque.

Figura 7: Cartaz de divulgação da festa de 10 anos de criação do assentamento.



Foto: Ilise Senger/Outubro/2007.

Figura 8: Bolo comemorativo aos 10 anos do assentamento.



Foto: Ilise Senger/Outubro/2007.

Figura 9: Leitões no rolete (festa de 10 anos do assentamento, foto de out/2007).



Figura 10: Festa (foto de out/2007).



Embora existam assentados que arrendem sua terra a terceiros para a plantação de grãos, a maioria das famílias contempladas com lotes do assentamento vive da chamada agricultura familiar ou agricultura de subsistência. Estas famílias tiram seu sustento diretamente da terra, por meio da agricultura e da pecuária.

Na agricultura, a principal atividade é a produção de grãos, como a soja, o milho e o sorgo. Já na pecuária, há a criação de porcos e de gado leiteiro.

Alguns assentados ainda agregam valores aos produtos produzidos no local. É o que acontece com a fabricação de embutidos oriundos da carne de suínos ali criados e da venda de nata obtida do leite produzido no assentamento.

Figura 11: Produção leiteira



Foto: disponível em www.saogabriel.ms.gov.br. Acesso em 10/10/2007

A educação é promovida por meio de uma escola estadual que atende a 180 filhos de assentados e prima pela educação voltada à realidade local – educação no campo. Trata-se de escola de Ensino Fundamental, sendo que a prefeitura municipal coloca à disposição dos alunos de Ensino Médio transporte escolar.

Figura 12: Escola Dorcelina Folador (foto de mai/2007).



Figura 13: Escola Dorcelina Folador



Foto: Ilise Senger/Outubro/2007.

Tema recorrente nas salas de aula da escola é a preservação do meio ambiente, visto que existe por parte do corpo docente da instituição de ensino o foco na educação voltada ao campo. Assim, haja vista a conexão existente entre o ensino rural e o meio ambiente, o tema é amplamente debatido com os alunos em certas disciplinas, conforme poderá ser evidenciado no capítulo vindouro.

Figura 14: Cartaz situado na entrada da escola (foto de jun/2007).



3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

As visitas foram realizadas em 8 etapas em períodos e épocas diferentes. A maioria das visitas foi na Escola Dorcelina Folador, onde foram feitas as entrevistas com 20 professores (ver apêndice A) e 15 alunos (ver apêndice B), com preenchimento de formulários.

Na Escola Estadual Dorcelina Folador, trabalham 24 professores, com alunos do 1º ao 9º ano. Do total dos professores, 17 residem na cidade de São Gabriel do Oeste e deslocam-se diariamente até a Escola do assentamento utilizando transporte escolar fornecido pela Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste/MS ou por meio de condução própria, sendo que 3 professoras são assentadas e as outras moram nas redondezas próximas ao assentamento.

A composição do corpo docente da Escola Estadual Dorcelina Folador pode ser caracterizada da seguinte forma: 30% são professores efetivos ou concursados, 70% são convocados a cada semestre, não existindo no período da realização da pesquisa professores eventuais.

Os professores, em sua maioria têm formação em Licenciatura Plena-Pedagogia, sendo que 2 possuem curso de pós-graduação lato sensu. Todos são formados em curso superior e apenas 3 não têm curso superior na área de educação.

Sobre o Tema Transversal Meio Ambiente, a totalidade dos professores soube responder o que era, bem como informara quais os temas transversais que trabalhavam em sala durante as aulas. Mas, sobre o Tema Transversal Meio Ambiente, nem todos os docentes afirmaram que utilizavam o tema nas aulas.

Pelas respostas obtidas entre os 20 docentes das mais diferentes disciplinas, que compreendiam as entrevistas, observou-se que os professores de Língua Portuguesa,

representando 30% do total de professores que responderam às perguntas, entendem ser o Tema Transversal Meio Ambiente e Educação Ambiental um processo dinâmico e em permanente construção, e, portanto, trabalham o tema em sala de aula. Os professores de Ciências e Geografia, que perfazem 25% dos indagados, já trabalham diretamente com o assunto. Os professores de Língua Estrangeira, Educação Física e Matemática, que totalizam 30% dos entrevistados, consideram o assunto árido demais para ser desenvolvido nas suas disciplinas. Os professores de Artes, que significam 10 % da pesquisa, utilizam o método de reciclagem para demonstrar a importância do tema. Em seguida, os professores de História, que representam 5% dos indagados, consideram que o assunto situa-se um pouco fora de seus temas principais, uma vez que seus planos de aulas são feitos a partir dos livros didáticos adotados pelas escolas, e sobre eles são desenvolvidas suas aulas: pensam que fica difícil trabalhar com temas que não estejam elencados para eles, pois dessa forma não poderiam dar conta dos conteúdos programados para cada semestre.

Diante das respostas analisadas, pode-se observar que a formação profissional influi, facilita ou dificulta o desenvolvimento do tema Meio Ambiente em sala de aula, como, por exemplo, em disciplinas como Ciências e Geografia.

Alguns professores, que não trabalham o tema Meio Ambiente, têm conhecimento dos "Temas Transversais", sabem da sua relevância, importância e urgência na vida cotidiana da sociedade, mas gostariam de contar com mais esclarecimentos sobre o assunto. Outros têm conhecimentos superficiais a respeito. Reconhecem que o trabalho realizado por eles deixa muito a desejar, sem um planejamento adequado e organizado.

Que na escola desenvolvem ou desenvolveram vários projetos sobre o tema Meio Ambiente. Projetos que se relacionam diretamente com a vida de cada morador do assentamento, tais como: reciclagem, reflorestamento, utilização dos recursos naturais, etc.

Considerando que o trabalho com o tema Meio Ambiente vem sendo desenvolvido por alguns professores, fato confirmado pelos alunos, de acordo com as entrevistas, verifica-se que as técnicas empregadas não atingem plenamente os objetivos propostos pelos PCN, uma vez que este preconiza que o tema ambiental deve ser desenvolvido a fim de proporcionar aos alunos diversidade de experiências e ensinar-lhes formas de participação para que possam ampliar a sua consciência sobre questões relativas ao

Meio Ambiente, e assumir, de forma independente e autônoma, atitudes e valores voltados à sua proteção, conservação e melhoria.

Considera-se que o professor ainda é o grande gerador de informações, o responsável pela transmissão de conhecimentos e que tem participação marcante na formação de opinião de seus alunos. Segundo Victorino (2000), os professores deveriam buscar exemplos do cotidiano mais próximo da realidade, adaptados ao conteúdo do livro didático ou ao currículo escolar, visto que a conscientização só é possível através da prática efetiva da ação de alunos e professores.

Mesmo que, considerando a maioria que recebeu formação deficiente na área da Educação Ambiental, observa-se que a minoria deles, ainda assim, não demonstra interesse em participar de cursos, conformando-se com os conhecimentos básicos já adquiridos. Deste modo, contrariam Busquets (1998), que ressalta a importância da capacitação e atualização continuada dos professores, a fim de que dominem temas relacionados a questões relevantes, e se disponham a aprender sobre o assunto.

Verificamos que 75% dos que compuseram o grupo estudado, incentivam seus alunos a participarem de ações que envolvam o tema ambiental. Pela tomada de posição dos professores, percebe-se o seu alto grau de confiança em promover o desenvolvimento de uma consciência ecológica, com cidadãos conscientes para atuarem na realidade sócio-ambiental de modo comprometido com a vida. A outra parcela de 25% dos questionados respondeu negativamente a esta questão.

A escola vem desenvolvendo projetos ecológicos, que se refletem na comunidade. Embora não haja sistematização e continuidade dos projetos (tais como campanhas, comemorações de datas ecológicas, etc.), os professores mostram preocupação com a formação dos alunos como cidadãos conscientes da questão ambiental, numa referência à principal função dos PCN e ao envolvimento da escola.

Como exemplo de projeto ligado ao Meio Ambiente, já realizado pela escola, pode ser citada a Feira Agroecológica, evento que discute com a comunidade temas relativos à agricultura voltada ao meio ambiente.

Os professores são unânimes em afirmar que a educação ambiental deve ser incluída nos currículos desde as primeiras séries do ensino fundamental. Quanto à abordagem do tema, a maioria deles respondeu que este deveria ser abordado de forma interdisciplinar (46%), seguido de forma transversal em todas as disciplinas (34%), e 20% entendem que a Educação Ambiental deva ser trabalhada dentro da disciplina Ciências. Muito embora todos os docentes tenham afirmado que sabem o que é Transversalidade, isso demonstra que a Transversalidade ainda não está muito clara e é mal entendida por parte de alguns professores.

Dos alunos que responderam ter conhecimento de Educação Ambiental, 60% afirmaram que o tema é trabalhado na disciplina de Ciências, seguido 23% de Língua Portuguesa, 14% em Geografia, 14% e 3% em Artes. A razão desses percentuais consiste na afinidade do tema Meio Ambiente com essas disciplinas, embora esteja claro que o maior percentual recaia na disciplina de Ciências. Observa-se, também, que os professores de Matemática, de Educação Física e de Língua Estrangeira mantêm a metodologia normal de suas aulas, não permitindo que suas disciplinas sejam capazes de atuar como um processo de construção da cidadania, baseado no princípio democrático.

Comparando as respostas dos professores com as dos alunos, é de ressaltar certa similitude entre as mesmas, podendo-se deduzir a interpretação de que o Tema Transversal Meio Ambiente faz parte das atividades curriculares dos professores em suas áreas de atuação: Língua Portuguesa, Ciências, Geografia, Artes. Essas atividades são trabalhadas com maior ou menor intensidade, dependendo da aproximação e identidade da área convencional com o tema Meio Ambiente (LEFF, 2001).

Os problemas ambientais da comunidade são comentados em sala de aula, e, segundo os alunos, eles são incentivados a participar das atividades ligadas aos temas propostos pelos professores, contrariando, assim, algumas respostas fornecidas pelos educadores anteriormente.

Os resultados se confirmam quando os alunos são questionados sobre as fontes de informações referentes aos problemas ambientais. Como se trata de uma questão em que o aluno pode escolher mais de uma opção, mesmo assim fica evidente que mais de 90% dos alunos recebem as informações através da televisão, e muito pouco através de seus

professores. Estes poderiam interagir com os alunos, através de uma dinâmica de discussão sobre os temas que são livremente veiculados pela televisão, em cada momento, e, que, atualmente, dominam o consciente coletivo, baseado em valores puramente materiais. Muitas vezes essas informações chegam de forma confusa ou incompleta à população e, conseqüentemente, ao aluno.

O tema Meio Ambiente deveria ser mais desenvolvido a fim de proporcionar aos alunos uma grande diversidade de experiências e ensinar-lhes formas de participação para que eles pudessem ampliar a sua consciência sobre questões relativas ao Meio Ambiente e, assim, assumir de forma independente e autônoma, atitudes e valores voltados para a sua proteção e melhoria. A conscientização só poderá ser possível através da prática efetiva, da ação maior de alunos e professores, constituindo-se como cidadãos capazes de compreender que o Meio Ambiente precisa de proteção e preservação.

Os PCN não apresentam soluções prontas, mas colocam em debate as atividades escolares e a questão curricular. Constituem um material de referência sobre a função da escola, a importância dos conteúdos e temas transversais, e o tratamento que se lhes deve ser dado.

Observou-se que a Educação Ambiental na escola Dorcelina Folador não está sendo abordada de forma efetiva por professores de todas as áreas de conhecimento, porque, conforme as concepções e práticas dos professores, não há um trabalho coordenado entre as diferentes áreas. O fato de o professor ter conhecimento sobre o tema não significa que ele se comprometa com a Educação Ambiental.

O tema ambiente não pode ser considerado um objeto de cada disciplina, isolado de outros fatores. Ele deve vir à tona, como uma dimensão que sustenta todas as atividades e impulsiona os aspectos físicos, biológicos, sociais e culturais dos seres humanos. A educação ambiental tem sido identificada como trans-disciplinar, isto é, ela deve permear todas as disciplinas do currículo escolar.

Existem diferentes formas para a inclusão da temática ambiental nos currículos escolares, como atividades artísticas, experiências práticas, atividades fora da sala de aula, produção de materiais locais, projetos ou qualquer outra atividade que levem os alunos a

serem reconhecidos como agentes ativos no processo que norteia a política ambiental. Nesse sentido, cabe aos professores, através de uma prática interdisciplinar traçarem juntos novas metodologias, que favoreçam a implementação da Educação Ambiental, sempre considerando o ambiente imediato e usando exemplos de problemas ambientais atualizados.

As respostas dadas sobre onde os docentes teriam ouvido falar sobre tema transversal demonstrou que muitos tiveram conhecimento na formação profissional, totalizando 90% dos entrevistados, sendo que apenas 10% por iniciativa própria, reflexo da falta de incentivo por parte do responsável pela educação no Brasil, ou seja, o Governo. Sem incentivo, dificilmente os docentes buscarão aperfeiçoamento neste campo tão importante que é o tema transversal meio ambiente.

Observou-se que na escola Dorcelina Folador, embora não como é de se esperar, por intermédio do desenvolvimento da consciência ecológica de professores e alunos, se desenvolvem algumas ações internas, que se refletem na comunidade. Exemplo disso é o projeto de reciclagem que vem se desenvolvendo com os alunos para tentar reaproveitar o que antes era jogado fora. Assim, os alunos trazem de suas casas os “lixos” e depositam na escola em recipientes separados, os mais variados tipos de resíduos como vidros, papéis, latas e plásticos.

Estes resíduos são recolhidos duas vezes por mês pela prefeitura municipal, uma vez que no assentamento não existe coleta regular de lixo, levando para a cooperativa que então faz a seleção dos dejetos, separando-os e dando destino com a venda dos mesmos para empresas responsáveis pela reciclagem.

Figura 15: Projeto reciclagem (foto de jun/2007).



Todos os alunos salientaram a importância desta prática, uma vez que os lixos ficavam espalhados pelos lotes, ou eram queimados, o que poluía ainda mais o ambiente em que vivem. Ressaltaram que, após a implementação deste projeto, a vida dos assentados tornou-se um pouco melhor, mais saudável, melhorando inclusive a auto-estima da população.

Figura 16: Projeto reciclagem.

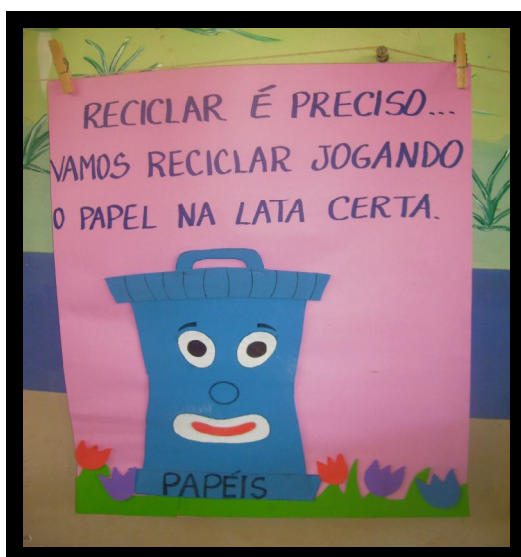


Foto: Ilise Senger/Junho/2007

Figura 17: Projeto reciclagem.



Foto: Ilise Senger/Junho/2007

Outro projeto realizado com iniciativa da escola foi o de reflorestamento, com o plantio de mudas nativas fornecidas pela prefeitura municipal, engajando toda comunidade. As árvores foram plantadas em praticamente todos os lotes e também junto à nascente do rio Coxim que fica dentro do Assentamento Campanário. Essa iniciativa trouxe também melhoria na qualidade de vida dos moradores locais, conforme respostas dos alunos.

Figura 18: Preocupação ambiental (foto de jun/2007).



Percebe-se que existe participação das pessoas em reuniões comunitárias e cooperação para o trabalho comunitário. Percebe-se que na grande maioria há o espírito de confiança entre os assentados, o que segundo Fukuyama (2000, p. 28), é um lubrificante que torna mais eficiente o funcionamento de qualquer grupo ou organização, a falta desse lubrificante (a confiança) gera desconfiança que impede uma organização maior por parte dos membros integrantes da liderança, inviabilizando uma organização democrática e a geração de desenvolvimento econômico sustentável.

As questões ambientais são um dos fundamentos para a formação da cidadania. Para que o cidadão se forme como tal é necessário que ele seja consciente da sua relação intrínseca com o Meio Ambiente, da sua responsabilidade perante o mesmo, que mude sua postura de ação. Que o Meio Ambiente deixe de ser uma mercadoria, um componente a ser explorado até a exaustão, que passe a ser sustentável, reciclando-se, reflorestando-se e recompondo-se os recursos naturais disponíveis.

E isso é possível ser percebido, ou seja, os alunos da Escola Dorcelina Folador, estão se tornando cidadãos mais conscientes, com um pensamento mais crítico, mais responsável, pois entendem ser o Meio Ambiente a sua fonte principal de sobrevivência, pois é dele que retiram o ar que respiram e os alimentos para sustentação de suas vidas.

Figura 19: Preocupação ambiental (foto de ago/2007).



Nas visitas realizadas em casas de assentados, percebeu-se que eles possuem uma relação muito íntima com a natureza física, a terra, o espaço ou o lugar que é transformado num depositário de lembranças que o mantém esperançoso. De acordo com Tuan (1980, p.113), “[...] a sua vida está atrelada aos grandes ciclos da natureza; está enraizada no nascimento, crescimento e morte das coisas vivas, apesar de dura, ostenta uma seriedade que poucas outras ocupações podem igualar”.

E, nesse sentido, todos os alunos e professores foram uníssonos ao afirmarem que no Assentamento Campanário as práticas ambientais, tanto na escola quanto fora dela, interferem diretamente na melhoria da qualidade de vida existente na comunidade, sendo fator diferenciador desse assentamento.

Muito embora alguns docentes reclamem por um maior aprofundamento teórico do tema meio ambiente e de aperfeiçoamento do trabalho em si, principalmente em seus aspectos mais aplicados, percebeu-se que destacam a importância de investimentos na formação contínua de professores, para que as sugestões contidas nos PCN possam ser aplicadas com mais eficiência, dentro e fora das salas de aula, contribuindo assim para a formação de um cidadão com consciência crítica, capaz de interferir no contexto em que está inserido.

Considera-se a educação o pressuposto básico para que a relações humanas possam se estabelecer de forma respeitosa e harmonicamente e a formação comunitária passa a ser um dos pressupostos básicos para que o Desenvolvimento Local aconteça efetivamente, por meio da participação ativa dos moradores, através de ações concretas como ferramenta básica para introduzir novos hábitos, valores, atitudes, costumes e usos econômicos, gerando a confiança necessária para se estabelecer às bases de uma nova identidade cultural criando relacionamentos de vínculos, compreensão e entendimento com outras realidades que se apresentam de forma mais dinâmica e complexa num mundo globalizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração que as relações de uma comunidade estão baseadas na confiança, interação, compreensão e partilha, em que prevalece o sentimento de grupo, pode-se dizer que o Assentamento Campanário apresenta as características básicas de autêntica comunidade, já que existe a predominância de comportamento coletivo, na busca pela melhoria das condições de vida dos assentados. Percebe-se que, mesmo não tendo formação cultural adequada, as pessoas pertencentes ao Assentamento conseguem entender que viver em comunidade exige relação dialógica e de reciprocidade.

A Educação Ambiental, nas suas diversas possibilidades, abre estimulante espaço para repensar práticas sociais e o papel dos professores como mediadores e transmissores do conhecimento necessário para que os alunos adquiram base adequada de compreensão essencial do meio ambiente global e local, da interdependência dos problemas e soluções e da importância da responsabilidade de cada um para construir uma sociedade planetária mais equitativa e ambientalmente sustentável.

É crescente a necessidade de internalização da problemática ambiental, um saber ainda em construção que demanda empenho para fortalecer visões integradoras que, centradas no desenvolvimento, estimulem reflexão sobre a diversidade e a construção de sentidos em torno das relações indivíduos-natureza, dos riscos ambientais globais e locais e das relações ambiente-desenvolvimento.

Um dos objetivos do Desenvolvimento Local é melhorar a qualidade de vida de uma comunidade por meio da dinamização dos processos de produção e compartilhamento, levando em consideração a identidade cultural, que está fundamentada nas tradições e valores. Neste contexto, se insere a Educação Ambiental, eis que o envolvimento efetivo da comunidade com as questões ambientais reflete positivamente ou negativamente para com o desenvolvimento local do Assentamento Campanário.

Percebemos que a Educação Ambiental vista na escola Dorcelina Folador, não está sendo abordada de forma efetiva, pois nem todos os professores das diversas áreas de conhecimento chegam a tratar do tema em sala de aula. Estes professores sentem-se amarrados aos conteúdos que devem ser cumpridos e que são cobrados constantemente. Conseqüentemente, eles se sentem sem espaço e tempo para criar, discutir e viabilizar atitudes que levem à formação do cidadão, o que demonstra falta de capacitação e de interesse dos mesmos pelo tema.

Todavia, a grande maioria dos professores tem interesse em aumentar seus conhecimentos sobre o Tema Transversal Meio Ambiente, o que é um fator positivo e que reflete diretamente na comunidade. O projeto Reciclagem desenvolvido e realizado com os alunos e comunidade demonstra a relação feita pelos professores do tema meio ambiente com o cotidiano dos alunos e moradores da comunidade, o que é um fator positivo e traz conseqüências que refletem diretamente na melhoria do ambiente e, por conseguinte, da qualidade de vida. Ademais, professores e alunos assim agindo acabam exercendo de alguma maneira sua cidadania.

Está presente na comunidade do Assentamento Campanário a capacidade de se desenvolver por conta própria, devido à consciência e à compreensão das pessoas ao entenderem que o processo de construção e desenvolvimento de uma comunidade se dá a partir do compartilhar das relações individuais e coletivas, num constante jogo dialético em que o agir individual se interage com o agir da coletividade e vice-versa.

Sendo uma das características do Desenvolvimento Local a valorização humana com a melhoria da qualidade de vida, e considerando-se os fundamentos culturais, as tradições, hábitos e costumes das pessoas na construção ou criação de assentamentos rurais, percebe-se que esses valores estão implícitos nas atividades, no comportamento e no estilo de vida das pessoas. É o que se verifica no Assentamento Campanário, eis que esta comunidade busca valorizar a prática cotidiana em que o local de convivência se transforme num território de identidade, de solidariedade, num cenário de reconhecimento cultural e de intersubjetividade e também um lugar de representações e práticas cotidianas. Assim como deve acontecer em uma comunidade que busca o Desenvolvimento Local, existe a necessidade de construir toda a dinâmica de desenvolvimento a partir de uma identidade

cultural fundamentada sobre um território de identificação coletiva e de solidariedade concretas (GUAJARDO, 1998, apud ÁVILA, 2001).

Com as práticas ambientais desenvolvidas e concretizadas pelos docentes, alunos e assentados há melhoria nas condições de vida dos moradores do Assentamento Campanário, a partir do momento em que se intensifica o viver e o compartilhar da vida em comum para superação do comportamento individualizado, eis que os problemas ambientais interferem tanto no individual quanto no coletivo.

A Educação Ambiental deve ser focada na estratégia para o Desenvolvimento Local, como um processo dinâmico de transformação, com a construção de poder endógeno para que uma determinada comunidade possa autogerir-se, desenvolvendo seu potencial socioeconômico, preservando seu patrimônio ambiental, superando as limitações e assegurando melhoria contínua de qualidade de vida dos seus indivíduos.

Após o estudo, restou claro que as práticas ambientais vivenciadas a partir da Educação Ambiental, refletem diretamente na melhoria da qualidade de vida da comunidade, contribuindo sobremaneira para a concretização do Desenvolvimento Local do Assentamento Campanário.

Assim, a educação ambiental deve ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social. O seu enfoque deve buscar uma perspectiva, que relaciona o homem, a natureza e o universo, tendo em conta que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável pela sua degradação é o homem. Acreditamos que os grandes desafios para os educadores ambientais são, de um lado, o resgate e o desenvolvimento de valores e comportamentos (confiança, respeito mútuo, responsabilidade, compromisso, solidariedade e iniciativa) e de outro, o estímulo a uma visão global e crítica das questões ambientais e a promoção de um enfoque interdisciplinar que resgate e construa saberes.

Ademais, antes de querer promover o desenvolvimento econômico, é preciso criar ou construir valores éticos, cívicos de verdadeiros cidadãos, cuidando do meio ambiente, melhorando a qualidade de vida, o que irá resultar no desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. In: **LAGES**, Vinícius; **BRAGA**, Christiano; **MORELLI**, Gustavo. *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Rio de Janeiro : Relume Dumará; Brasília : Sebrae, 2004.

ANDRADE, Sueli Amália. Considerações sobre a Problemática Ambiental. In: LEITE, Ana L. T. de A; MININI, Naná (orgs.). **Educação Ambiental**-Curso básico à distância- Questões ambientais: conceito, história, problemas alternativas. Brasília: MMA, 2001, p.17-64.

ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito ambiental*. 7 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

ARAÚJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. *Curso de direito Constitucional*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

ÁVILA, Vicente Fideles de; *et al.* *Formação educacional em desenvolvimento local: Relato de Estudo em Grupo e Análise de Conceitos*. Campo Grande: 2ª ed. UCDB, 2001.

ÁVILA, Vicente Fideles de. *Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local*. Sobral-CE: Edições UVA (Univ. Estadual Vale do Acaraú), 2006.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa-Rio de Janeiro: Difel-Bertrand, 1989.

BRASIL. *Constituição federal*. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 12/10/2007.

BRASIL: Lei n.º 9.795 de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 12/10/2007.

BRASIL; *PCN-Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BUSQUETS, Maria Dolores. *Os temas transversais*. São Paulo: Ática, 1998.

CASCINO, Fabio. *Educação ambiental: princípios, história, formação de professores*. São Paulo: SENAC, 2000.

CLAXTON, Mervyn. *Cultura y desarrollo*. Estúdio Paris: UNESCO, 1994.

CORRÊA, Darcísio. Ética, cidadania e educação ambiental. In **Hábeas Data: Reflexões sobre o direito** Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo. Ijuí: Ed. Unijuí, Ano 1, n. 1, p. 7-36, jan./jun. 2002.

DIAS, Genebaldo Freire Dias. *Educação ambiental: princípios e práticas*. São Paulo: Gaia, 1994.

FUKUYAMA, Francis. *A grande ruptura. A natureza humana e a reconstituição da ordem social*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2000.

GONZÁLES, Roman Rodríguez. *La escala local del desarrollo*. Definición y aspectos teóricos. Salvador: Revista de Desenvolvimento Econômico, 1998.

GRUN, M. *Ética e educação ambiental: a conexão necessária*. 2. ed. Campinas: Papirus, 2000.

LEFF, E. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. Ed. 4ª. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTIN, José Carpio. *Perspectivas de desarrollo local*. Campo Grande: UCDB, 1999.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. *Desenvolvimento local*. Questões conceituais e metodológicas. In **Interações**: Vol. 3, nº 5 p. 51-59, set. 2002.

MERIGHI, Cristiane de Castilho. *A utilização do gás natural como alternativa de desenvolvimento local: um estudo de caso na cerâmica Campo Grande - MS*. 2004. 113 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2004.

MORENO, Montserrat. *Temas transversais: um ensino voltado para o futuro*. In: BUSQUETS, M.D.; CAINZOIS, M., et al. *Temas Transversais em educação – Bases para uma formação integral*. Tradução de Cláudia Schilling. São Paulo, Ática, 2003.

NISBET, Robert. *Sociologia e sociedade*. Ed. 13ª. São Paulo: LTC, 1977.

NÓVOA, Antonio. *Relação escola-sociedade: novas respostas para o velho problema*, in SERBINO, R. U. (org.). *Formação de professores*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

PENTEADO, Heloísa D. *Meio ambiente e formação de professores*. São Paulo: Cortez, 2003.

PORTO, M. F. M. M. *Educação ambiental: conceitos básicos e instrumentos de ação*. Belo Horizonte: FEAM/DESA/UFMG, 1996.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REIGOTA, M. *Meio ambiente e representação social*. São Paulo: Cortez, 1995.

REIGOTA, Marcos. *O que é educação ambiental*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SANTOS, Milton (org.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEGURA, P. S. B. *Educação ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica*. São Paulo: Annablume, 2001.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. *O Território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In. **Geografia: Conceitos e Temas**. Iná Elias de Castro. São Paulo: Bertrand, 1995.

TUAN, Y. *Topofilia*. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Editora DIFEL S.A., 1980.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VERHELST, Thierry G. *O direito a diferença; sul-norte; identidades culturais e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1992.

VICTORINO, Célia Jurema Aito. *Canibais da natureza: educação ambiental, limites e qualidade de vida*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

WEBER, Max. *Conceitos básicos de sociologia*. São Paulo: Ed. Moraes, 1987.

APÊNDICES

Apêndice A

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CENTRO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
Mestrando: Franco Guerino De Carli
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Augusta de Castilho

Roteiro de Entrevista com os professores

1) Função:

- Professor Efetivo
- Professor Contratado
- Professor Eventual

2) Formação:

Pós Graduação:

- Curso: _____ Instituição: _____ Ano de Conclusão: _____

Licenciatura Plena:

- Curso: _____ Instituição: _____ Ano de Conclusão: _____

Licenciatura Curta:

- Curso: _____ Instituição: _____ Ano de Conclusão: _____

3) Disciplina:

5ª série: _____

6ª série: _____

7ª série: _____

8ª série: _____

4) Tempo de atuação na E.E. Dorcelina Folador.

menos de 1 ano de 3 anos a 4 anos

de 1 ano a 2 anos mais de 4 anos.

de 2 anos a 3 anos

5) Você sabe o que é Tema Transversal?

Sim – Em caso afirmativo justifique.

Não

6) Quais são os Temas Transversais que você utiliza em suas aulas:

- Saúde Pluralidade Cultural
 Cidadania Ética
 Meio Ambiente Trabalho e Consumo.
 Educação Sexual

7) Onde você ouviu falar sobre Tema Transversal?

- Formação profissional T.V.
 Disciplina específica Jornal
 Indicação de superior Rádio
 Iniciativa própria Internet.

8) Você sabe o que é Transversalidade?

- Sim – Em caso afirmativo justifique.

Não

9) Você sabe o que é Interdisciplinaridade?

- Sim . Em caso afirmativo Justifique.

() Não

10) De que maneira você trabalha a Transversalidade em sala de aula?

11) Dentre os temas transversais, você considera o T.T.M.A. importante?

() Sim Porque: _____

() Não Porque: _____

12) Qual o seu conceito de Meio Ambiente?

13) Quais são as atividades relacionadas as Meio Ambiente que mais atraem os alunos?

(a) _____ (d) _____

(b) _____ (e) _____

(c) _____ (f) _____

14) O T.T.M.A. relaciona-se com a qualidade de vida dos alunos e moradores do Assentamento Campanário?

() Sim - De que maneira? _____

() Não - Por que: _____

15) Você observa se há impacto na comunidade referente aos temas tratados em sala de aula com os alunos?

() Sim - De que maneira? _____

() Não - Por que: _____

Apêndice B

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CENTRO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
Mestrando: Franco Guerino De Carli
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Augusta de Castilho

Roteiro de Entrevista com os alunos

1) Você já ouviu falar em Educação Ambiental?

Sim. Em caso afirmativo justifique.

Não

2) São desenvolvidos na sala de aula assuntos que envolvam o tema Meio Ambiente?

Sim. Em quais disciplinas.

Não

3) A Escola desenvolve algum projeto sobre Educação Ambiental?

Sim. Cite exemplos.

Não

4) Na sua opinião, os projetos desenvolvidos na escola propiciam uma melhora na qualidade de vida da comunidade?

Sim. Cite algumas melhorias.

Não.

5) Você considera que o Assentamento Campanário diferente de outros assentamentos?

() Sim – Por que: _____

() Não - Por que: _____
